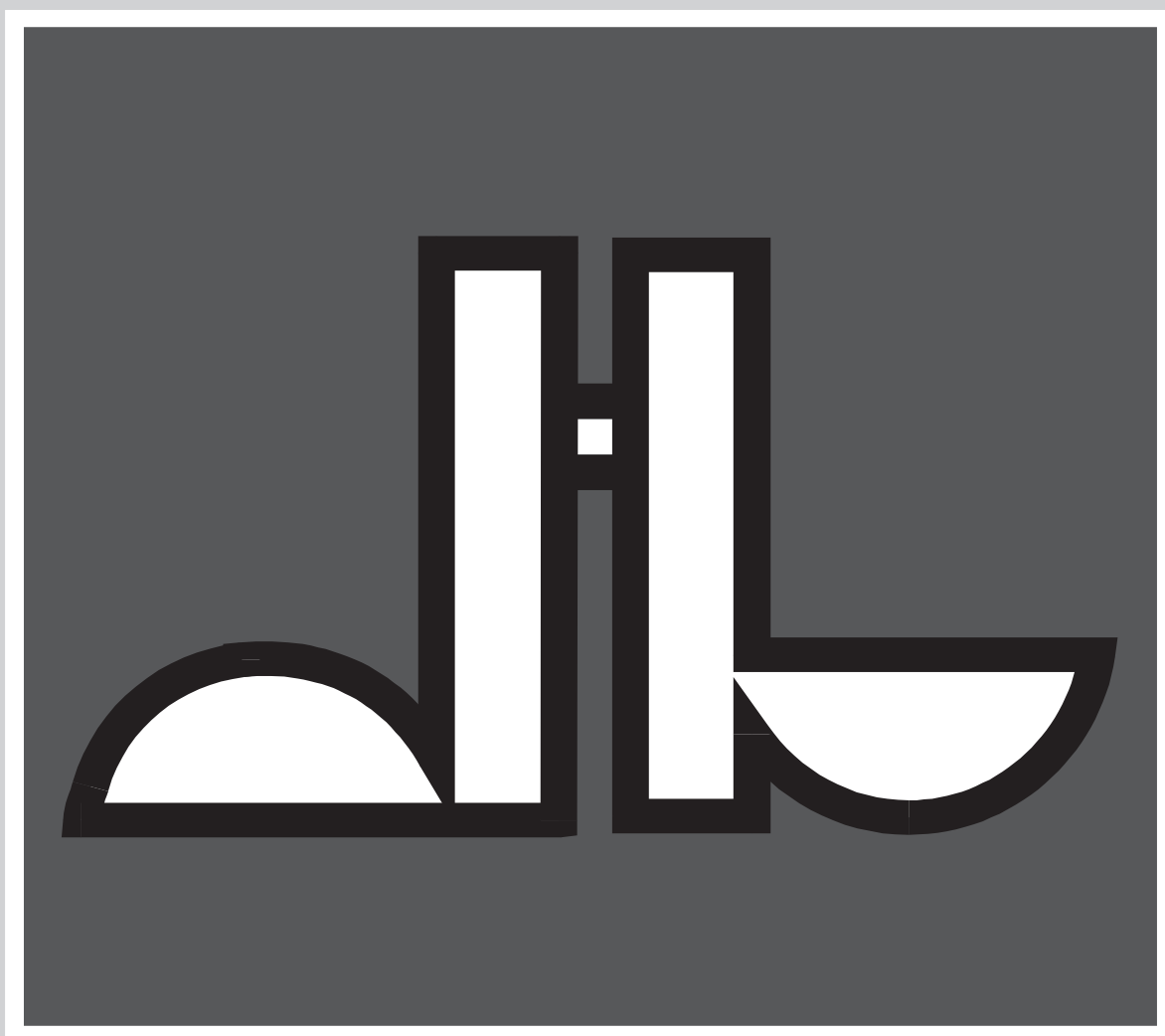




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVIII - Nº 009 - QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2013 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p>Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Deputado Andre Vargas (PT/PR)</p> <p>2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretária Senadora Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)</p>	
<p><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p>Presidente Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Jorge Viana (PT/AC)</p> <p>2º Vice-Presidente Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p> <p>2ª Secretária Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p>4º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Magno Malta (PR/ES)</p> <p>2º - Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p>3º - João Durval (PDT/BA)</p> <p>4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p>	<p><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p>Presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)</p> <p>1º Vice-Presidente Andre Vargas (PT/PR)</p> <p>2º Vice-Presidente Fábio Faria (PSD/RN)</p> <p>1º Secretário Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretário Simão Sessim (PP/RJ)</p> <p>3º Secretário Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Biffi (PT/MS)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)</p> <p>2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)</p> <p>3º - Vitor Penido (DEM/MG)</p> <p>4º - Takayama (PSC/PR)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 25, de 2013	01180
2 – ATA DA 10ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 7 DE MAIO DE 2013	01183
2.1 – ABERTURA	01183
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 190 anos do Parlamento Brasileiro.	01183
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Música do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília	
2.2.2 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Henrique Eduardo Alves) ..	01183
2.2.3 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros)	01185
2.2.4 – Oradores	
Deputado Alessandro Molon	01186
Senador Mozarildo Cavalcanti	01188
Deputado Vieira da Cunha	01189
Deputado Protógenes	01191
Senador Anibal Diniz	01191
Deputado Paes Landim	01192
Deputado Roberto Freire (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum)	01193
Senador Antonio Carlos Valadares (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum)	01194
Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum)	01194
2.3 – ENCERRAMENTO	01195
3 – RETIFICAÇÃO	
Ata da 7ª Sessão, Conjunta (Solene), em 2 de abril de 2013, e publicada no Diário do Congresso Nacional nº 6 , do dia subsequente	01195
CONGRESSO NACIONAL	
4 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	01196
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ..	01198
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	01200
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	01201
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	01202
Comissões Mistas Especiais	01204
5 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	01207
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	01208
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	01209

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 25 , DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto nos artigos 6º e 10 da Resolução nº 01/2011-CN, “que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, designa as Senhoras e os Senhores Parlamentares abaixo relacionados como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

DEPUTADOS FEDERAIS


TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MARCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
EDUARDO AZEREDO	
WALTER FELDMAN	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA

PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STEDILE	BETO ALBUQUERQUE
LUIZA ERUNDINA	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JULIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTdoB	
LUIS TIBE	

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	LUIZ HENRIQUE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ANTONIO CARLOS VALADARES
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ACIR GURGACZ	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
ALFREDO NASCIMENTO	FERNANDO COLLOR
GIM	EDUARDO AMORIM

Congresso Nacional, 07 de maio de 2013.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 10ª Sessão Conjunta (Solene), em 7 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 7 minutos e encerra-se às 13 horas e 25 minutos no Plenário do Senado Federal)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional destinada a comemorar os 190 anos do Parlamento Brasileiro.

Contamos, na composição da Mesa, com as honrosas presenças do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, e da Sra. Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Deputado Alessandro Molon, autor do requerimento de realização desta sessão de homenagem aos 190 anos do Parlamento nacional.

Convido também para compor a Mesa a Sra. Jeanine Pires, Secretária-Executiva do Ministério da Cultura, representando nesta oportunidade a Sra. Ministra Marta Suplicy.

Convido ainda para compor a Mesa o Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social. É sempre uma honra tê-lo aqui no Senado Federal.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves. PMDB-RN) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Deputado Federal Alessandro Molon, que apresentou sugestão da sessão que se realiza – parabéns a V.Exa. pelo gesto; Exma. Sra. Eliana Calmon, representando neste ato o Superior Tribunal de Justiça – a sua presença, pela sua história, muito nos honra nesta Casa também; Exma. Sra. Jeanine Pires, representando neste ato a Ministra de Estado da Cultura, Sra. Marta Suplicy; Exmo. Sr. Mi-

nistro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social – só para os senhores registrarem como os Alves e o PMDB do meu Estado prezam o Parlamento, estamos aqui eu e Garibaldi, como um adendo, desde 1970. Então justifico aqui que, dos dois representantes que temos na nossa família e no nosso PMDB, os dois estão presentes aqui neste ato que homenageia a história do Parlamento brasileiro —; minhas senhoras e meus senhores, Sras. e Srs. Senadores, no dia 3 de maio de 1823, instalava-se pela primeira vez em nosso País o Poder Legislativo, com o início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil. Nesses 190 anos de existência, o Parlamento nacional mudou a sociedade e foi mudado por ela. Tendo como armas exclusivamente a palavra, a oratória, o debate de ideias, resistiu bravamente ao regime de exceção. E, mesmo quando fechado e amordaçado, continuou a existir como aspiração maior de uma sociedade que sempre teve na democracia o seu mais caro valor.

O Parlamento é pilar essencial da democracia, não somente porque cumpre o papel de ouvir a população e propor leis afinadas com os anseios dos diversos setores da sociedade. Ele é base da democracia também por exercer a importantíssima função de fiscalizar a ação do Executivo, sobretudo em termos orçamentários, financeiros e tributários – essa, aliás, é a origem histórica do Parlamento no mundo ocidental –, e tem se desempenhado com muita competência o nosso Parlamento desde o seu surgimento.

Como não poderia deixar de ser, os períodos alternados da ditadura e democracia que marcaram a nossa história republicana refletiram-se diretamente no funcionamento do Legislativo nacional. Aos sombrios períodos autoritários sucederam-se momentos de euforia cívica, em que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ocuparam lugar privilegiado na vida da sociedade brasileira.

Ao longo da sua história, o Parlamento brasileiro foi por várias vezes transformado em Assembleia Nacional Constituinte para redigir uma nova Constituição

para o País, e a cada nova Constituição ampliaram-se os direitos assegurados aos cidadãos brasileiros.

A Constituição de 1891, que consagrou a Federação, substituiu a figura do Imperador por um Presidente eleito diretamente a cada 4 anos, mas o voto era universal apenas para os homens alfabetizados e maiores de 21 anos. O Parlamento passou então a ser chamado de Congresso Nacional, com Senadores eleitos para mandato de 9 anos e Deputados escolhidos a cada 3 anos.

Entre os avanços consagrados pela Constituição seguinte, de 1934, estão a conquista, pelas mulheres, do direito de votar e de serem votadas e também uma série de direitos trabalhistas, como o reconhecimento dos sindicatos, o salário mínimo, as férias e a fixação de uma jornada máxima de trabalho. Esta foi, no entanto, a Carta de menor duração. Três anos depois da sua promulgação, Getúlio Vargas outorgou a Constituição ditatorial do Estado Novo e cancelou as eleições presidenciais previstas para 1938.

No dia 10 de novembro de 1937, os Parlamentares encontram o edifício do Congresso cercado por tropas militares. Naquela noite, Getúlio Vargas anunciou pelo rádio que o País tinha uma nova Constituição. O Parlamento Nacional ficaria fechado pelo período maior de sua história, até 1945, quando Vargas convocou eleições diretas para o Executivo e o Legislativo em todo o País.

Com a deposição de Vargas e a instalação da Constituinte de 1946, iniciou-se um período de grande entusiasmo democrático, que, infelizmente, durou pouco. No ano seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro, que tinha uma bancada de 15 Deputados e um Senador no Congresso Nacional. Em 1948 os mandatos desses Parlamentares foram cassados.

Entre 1946 e 1964, houve grandes crises, mas as soluções para todas essas turbulências institucionais saíram sempre de dentro do Parlamento. O suicídio de Vargas, a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek por parte de certos grupos políticos, a renúncia de Jânio Quadros, a contestação e a posse do Vice, constitucionalmente eleito, João Goulart, todas essas crises tiveram solução política, e não armada, graças à atuação do Congresso Nacional.

Mas pouco depois do início do Governo de Jango houve o golpe de 31 de março de 1964, que foi o mais longo regime militar da nossa história. Foram 21 anos de autoritarismo, censura e tortura, período no qual 173 Deputados e 8 Senadores foram expulsos do Parlamento. Em 2012, a Câmara dos Deputados restituiu simbolicamente o mandato a todos eles.

Em 1966, o primeiro Presidente militar, Marechal Castello Branco, determinou, ou permitiu, a invasão do Congresso na madrugada de 20 de outubro. O Parlamento ficou ocupado pelas Forças Armadas durante 1 mês inteiro. Em dezembro de 1966, o regime militar enviou um projeto de Constituição para o Congresso discutir, votar e promulgar em apenas 43 dias, sob pena de valer o texto produzido pelo regime por decurso de prazo. O Congresso conseguiu cumprir o prazo, mas para isso o seu Presidente, Auro Moura Andrade, mandou parar o relógio do plenário, para que o projeto fosse aprovado a tempo. Ainda assim, o Congresso seria fechado novamente por duas ocasiões, em 1968 e 1977.

Graças à corajosa atuação dos nossos Parlamentares nesses difíceis anos de cerceamento da liberdade, respaldada pela extraordinária mobilização da sociedade, conseguimos reconstruir a democracia em nosso País, regime que felizmente é cada vez mais firme e inabalável.

Podemos afirmar que, seguramente, nunca vivemos um período de democracia tão pleno quanto agora, e o ambiente do Parlamento é o melhor espelho disso. Basta uma rápida passagem pelos corredores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para sentir-se que o Congresso Nacional tornou-se realmente – como deveria ser, é e continuará a ser – a Casa do povo brasileiro.

Em 2001, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Participativa, que recebe sugestões legislativas da sociedade civil, como propostas de leis complementares e ordinárias. Por meio desse mecanismo, a população sugeriu o projeto da Lei da Ficha Limpa, que chegou à Comissão com mais de 1,3 milhão de assinaturas, até ser sancionado, em 2010, pelo Presidente da República.

É com um sentimento, portanto, meus senhores e minhas senhoras, de profunda alegria que constatamos que o Parlamento nacional completa 190 anos de existência tão atuante, reconhecido e valorizado pela sociedade brasileira. Mas não perdemos de vista que, para continuar a exercer plenamente o papel de esteio da democracia, precisamos estar em processo de contínuo aperfeiçoamento e evolução, incorporando novas tecnologias ao processo legiferante, pautando nossos temas pelas reais demandas da sociedade, abrindo as portas à efetiva participação da população. Afinal, a excelência da atuação do Parlamento e o fortalecimento da democracia por ela assegurado são o maior legado que poderemos deixar às futuras gerações de brasileiros.

Essa é a palavra da Câmara dos Deputados, Senador Renan Calheiros, nos 190 anos do nosso Parlamento.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exmo. Deputado Alessandro Molon, que apresentou o requerimento para que nós realizássemos hoje, aqui no Congresso Nacional, esta sessão histórica; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho; Exma. Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, representando neste ato o Superior Tribunal de Justiça; Exma. Ministra Interina da Cultura, Jeanine Pires, representando neste ato a Ministra de Estado da Cultura, a Exma. Senadora Marta Suplicy.

Eu aproveito a oportunidade para saudar o Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica, Exmo. Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita. Muito obrigado pela sua presença.

Cumprimento também o Assessor Parlamentar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Artur Antônio dos Santos Araújo; a Diretora-Geral do Senado Federal, Sra. Doris Marize Romariz Peixoto; o Diretor da Secretaria de Transparência do Senado Federal; o Exmo. Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza; as senhoras e os senhores convidados; os Senadores Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Bonifácio de Andrada, Paes Landim, Roberto Freire e Vieira da Cunha.

O Parlamento brasileiro, que completa, neste mês de maio, 190 anos de existência, foi criado 8 meses após a Independência do Brasil. A sessão solene de instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império foi realizada no dia 3 de maio de 1823. Em todo o período imperial, o trabalho de elaboração legislativa no Parlamento foi incessante, como demonstram a elaboração dos Códigos Penal e de Processo Penal, o Estatuto da Terra, o Código Comercial e o regime tributário, entre outros.

De lá para cá, o Congresso Nacional percorreu uma longa trajetória de batalhas, algumas derrotas e muitas conquistas, que simbolizam a própria luta dos cidadãos brasileiros pela democracia. Na passagem do Império para a República, a Constituinte de 1891 iniciou mudanças importantes no País, notadamente na questão eleitoral.

Em 1945-1946, o Parlamento apareceu como ambiente para construção do novo pacto nacional pela restauração do regime democrático.

Já experimentamos várias formas de governo, diversas Constituições, muitos sistemas eleitorais, para chegar, agora em 2013, a um Estado Democrático de Direito.

Todas as instituições em pleno funcionamento e com um Congresso Nacional onde as mais divergentes posições políticas são respeitadas, ideias são debatidas e acordos, em prol da população brasileira, ajustados.

Entretanto, e infelizmente, nem sempre tudo isso foi possível. Ainda temos gravado na memória terríveis episódios nos quais o Parlamento brasileiro se calou. Foram anos de chumbo em que o Congresso Nacional foi amordaçado e até fechado. Mas 1967, 1968 e 1977 já estão amarelando nas páginas da nossa história. Falemos, pois, da importância do Parlamento para a justiça social, para a cidadania e para a democracia.

Aliás, nada mais simbólico na normalidade democrática de uma nação do que um Parlamento funcionando com liberdade e onde todos os partidos representativos dos mais diversos segmentos da sociedade têm voz ativa, tal como ocorre hoje no Congresso Nacional.

Coube ao filósofo Montesquieu definir, na obra *O Espírito das Leis*, a separação dos Poderes de Governo em Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um com sua função, que se complementam e fiscalizam um ao outro, evitando abusos e arbitrariedades. É o que comumente chamamos de sistema de freios e contrapesos.

É esse sistema o adotado na maioria absoluta das nações democráticas do mundo, entre as quais o nosso País. É preciso que este conceito, irretocável, esteja presente nas mentes de todos os dirigentes públicos. O Senado Federal, com todos os recursos existentes na democracia, irá zelar por suas funções constitucionais e sempre resistirá à tentação de se imiscuir em competências alheias.

O Congresso Nacional tem se esforçado para corresponder aos anseios da população brasileira e para se manter como uma cidadela em defesa da soberania nacional, da cidadania e da democracia.

Expressão máxima deste empenho veio com a Constituição Cidadã, que este ano completa 25 anos de existência. Com ela reinserimos direitos coletivos e individuais, reconquistamos prerrogativas, restabelecemos a liberdade e consumamos a transição democrática.

Aqui exercemos um trabalho diuturno, nem sempre visível ou bem compreendido. A nossa responsabilidade é grande, e as nossas atividades, múltiplas. Além dos trabalhos no plenário, o mandato exige a participação em Comissões, audiência pública, nos Estados, frentes parlamentares, a fim de elaborar projetos de lei, propostas de emenda constitucional, votações do orçamento, além de fiscalizar a aplicação do dinheiro público. A supressão do direito de exercermos tais funções constitui uma grave ameaça à democracia e é sempre um dos primeiros atos dos regimes autoritários.

Na nossa memória ainda ecoam vários desses tristes episódios. Entre os mais dolorosos, além dos anos de fechamento total do Parlamento, durante a di-

tadura que imperou no País de 1937 a 45, temos ainda a lembrança dos Atos Institucionais de 1966, quando o regime militar fechou o Congresso, cassou mandatos parlamentares, censurou os meios de comunicação e eliminou partidos políticos. São experiências pelas quais já passamos e que nunca mais, acredito, teremos que enfrentar.

Que essa breve rememoração sobre as vicissitudes do nosso Congresso Nacional sirva para refletirmos sobre a sua importância para a vida do

País, para ressaltarmos quão nobre é a sua missão e para, enfim, parabenizar todos os que dele fazem parte e ainda reverenciar aqueles que aqui não mais estão, mas que por aqui passaram, dedicando os melhores anos de sua vida à lide política, enfrentando o casuísmo e o arbítrio, a fim de preservar a democracia por meio do diálogo, por meio do consenso.

Apesar de imperfeições que estamos corrigindo de maneira permanente – e tenho dito isso. Hoje mesmo, com o Presidente da Câmara dos Deputados, tivemos a oportunidade de repetir esses nossos compromissos –, sem o pleno funcionamento do Congresso Nacional haveria muito mais injustiça social.

O Congresso sempre refletiu o clamor pela justiça como fez, por exemplo, recentemente, com a aprovação da lei que igualou os direitos trabalhistas para os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, corrigindo uma injustiça secular.

Por isso, congratulo-me, neste dia, pela instituição do Congresso Nacional brasileiro, a quem todos os cidadãos devem valorizar como a mais legítima Casa do povo desta Nação, pela pluralidade de seus representantes escolhidos e eleitos pela população brasileira direta e livremente. Por isso, aqui estamos e, para honrar os nossos mandatos, trabalhamos pelo bem de todos.

Aproveito o ensejo para anunciar que, a partir de hoje, o Senado Federal está disponibilizando um aplicativo para celulares e *tablets*, contendo os mais importantes discursos históricos do Congresso Nacional.

Inicialmente serão disponibilizados 40 pronunciamentos, a partir da seleção feita em 1998 e divulgada sob o título *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*. Basta procurar, nas lojas virtuais, por *Discursos Históricos*, para poder baixar e instalar gratuitamente o programa ou o livro digital, se os senhores e as senhoras preferirem.

Estamos prontos e ávidos a colaborar ativamente para a superação dos grandes problemas nacionais.

Este Congresso, por mais dificuldade que enfrente, nunca faltou e nunca faltará à Nação brasileira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exma. Sra. Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Eliana Calmon; Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; Exma. Ministra Interina da Cultura, Jeanine Pires; Exmas. Sras. e Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, a intenção do requerimento, de minha autoria, para a comemoração desta data era exatamente para que pudéssemos comemorar esses 190 anos. E a palavra “comemorar” significa fazer memória juntos. Comemorar juntos, nos lembrarmos da história e dos momentos mais marcantes do Parlamento brasileiro e, assim, de alguma maneira, procurar pensar os caminhos para os próximos anos do nosso Parlamento.

Eu queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar os Presidentes do Senado e da Câmara pelas edições feitas tanto do *Jornal da Câmara* e da *Turma do Plenarinho*, da Câmara dos Deputados, quanto do *Jornal do Senado*, e por essa edição, feita pelo Senado, dos Regimentos da Assembleia Geral Constituinte Legislativa – Regimento do Senado, de 1826, da Câmara, de 1832, e da Assembleia Geral –, fundamentais para o estudo inclusive do Processo Legislativo brasileiro ao longo de nossa história.

Nesses 190 anos, nós comemoramos a instalação da Assembleia Constituinte em 1823, no dia 03 de maio e, portanto, a primeira experiência de representação política da nossa história, aos olhos da época, legítima, para os parâmetros que então se tinha de quem deveria ser representado, de quem deveria escolher representantes. E, de lá para cá, é preciso reconhecer o quanto o Parlamento brasileiro avançou na democratização dessa representação, numa representação, primeiramente muito limitada, como foi dito pelo Presidente da Câmara e, em seguida, pelo Presidente do Senado. Representação essa que, por seu caráter proporcional e federativo, garante a possibilidade de que 100% dos brasileiros se façam representar nas linhas ideológicas, inclusive minoritárias – representação das minorias garantida no Parlamento –, fato esse que deve ser remarcado e celebrado neste momento.

Não há, Srs. Presidentes, Srs. Ministros, nenhum Poder tão plural e tão aberto quanto o Poder Legislativo. Com todos os problemas e defeitos que temos, não há nenhum Poder tão aberto e tão plural quanto o nosso. Aliás, quando nós temos oportunidade de receber conhecidos e amigos no Parlamento, o que chama a atenção das pessoas que vão pela primeira vez ao Parlamento é o fato de se tratar de um Poder acessível, de um Poder aberto, de cujas reuniões se pode participar com a maior facilidade. Muitos até

se surpreendem com a facilidade do acesso aos Parlamentares. Isso é bom, isso deve ser reforçado.

É o momento também de pensar nos desafios que temos para que essa pluralidade da sociedade brasileira possa ser cada vez melhor representada, e daí o desafio dos temas da reforma política. Se conseguirmos aperfeiçoar o nosso sistema eleitoral, é possível que cada vez mais a sociedade brasileira seja melhor representada nas nossas Casas.

É o momento de comemorar, como fizeram os dois Presidentes, os anos em que o Parlamento resistiu ao arbítrio, ao pensamento único, ao obscurantismo, à tortura e à repressão, perdendo, inclusive, membros seus, mas resistindo bravamente à ditadura e sendo uma das principais referências do nosso País na luta contra o totalitarismo.

É, portanto, o momento de comemorar também a resistência ao pensamento único e à repressão, resistência essa feita por esta Casa, por este Congresso, pela Câmara e pelo Senado.

Este ano, Srs. Presidentes, é também o ano de se comemorar os 25 anos da Constituição Cidadã, nas palavras do grande e memorável Ulysses Guimarães. Li, há pouco, o preâmbulo da Constituição, que será devidamente comemorada no próximo 5 de outubro, quando os Constituintes escreveram e fizeram aprovar um texto que começa com um preâmbulo magistral:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.

E, depois, o também memorável parágrafo único, do art. 1º:

“Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

A história do Parlamento brasileiro, a história do Parlamento no mundo, é a história da conquista, da transferência da soberania de um rei para o povo. E isso se deu através do Parlamento. Pela resistência do Parlamento, nos séculos da Baixa Idade Média, e pelas revoluções populares na Europa, deu-se a transferên-

cia desse conceito para a soberania popular – o povo como o grande soberano representado no Parlamento.

Portanto, é ano de celebrar tudo isso. E, ao celebrar, Srs. Presidentes, o aniversário de 190 anos do Parlamento e de 25 anos, em breve, da Constituição Cidadã, é hora também de lembrar aquele momento que talvez tenha sido o de maior encontro do Parlamento com o povo: o da Assembleia Nacional Constituinte, quando, nas audiências públicas, na mais ampla manifestação da população diretamente aqui no Parlamento, nas emendas populares, a Casa se abriu de maneira inesquecível à participação popular. Eu cito esse momento como um olhar para o futuro também. Esse, a meu ver, é o caminho do fortalecimento do nosso Poder. Quanto mais próximos do povo e mais abertos conseguirmos estar, mais dignos representantes, mais fortes representantes, mais legítimos representantes seremos desse povo. Essa, a meu ver, é a via mais segura para o fortalecimento do nosso Poder, inclusive frente aos demais Poderes, tema esse que vem sendo debatido ultimamente.

Portanto, a meu ver, a maneira mais eficaz de reagir a qualquer ativismo de outro Poder é o ativismo parlamentar, é o Parlamento afirmar, pela sua ação e pela sua proximidade com os representados, a sua força.

É impensável, Srs. Presidentes, o País que todos queremos sem o Parlamento livre e independente. Esta é a Casa da democracia, da soberania popular e do povo brasileiro.

Termino, Srs. Presidentes e Srs. Ministros presentes, dizendo que talvez o nosso desafio neste ano de comemoração dos 190 anos do Parlamento e de 25 anos da Constituição seja pensar os próximos 10 anos, pensar os próximos 9 anos, para o bicentenário da nossa Independência. Ou seja, de que maneira o Parlamento pode contribuir para que, em 2022, ao celebrarmos 200 anos de Independência, possamos celebrar o País que nós queremos? Qual é a melhor contribuição que o Parlamento pode dar para isso?

Também, de que maneira, nos próximos 10 anos, podemos trabalhar para fortalecer o Poder Legislativo, o mais plural, o mais aberto e o mais democrático dos Poderes, para que o Brasil se sinta melhor representado nesta Casa, ainda melhor representando quando comemorarmos 200 anos de Parlamento brasileiro?

Acho que esse é o nosso grande desafio, essa é a nossa próxima tarefa, por isso, vamos a ela!

Cumprimento os Presidentes pela decisão de fazer desta sessão uma Sessão Solene do Congresso. Eu apenas fiz o requerimento, mas a decisão de que fosse do Congresso foi de V.Exas. Isso é importante para, ao olharmos para trás, pensar os desafios que temos pela frente.

Parabéns ao Parlamento Brasileiro! E vamos superar os desafios para torná-lo cada vez mais forte. Parabéns a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Garibaldi; Sra. Ministra Interina da Cultura; Deputado Alessandro Molon, autor do requerimento para esta sessão; demais autoridades presentes; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores.

O Parlamento brasileiro, já foi dito, está completando 190 anos de existência. Suas origens remontam aos tempos do Império, mais precisamente ao dia 3 de maio de 1823, quando teve início a Sessão Solene de Instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, convocada por Dom Pedro I para elaborar a Carta Magna do nosso País, recém liberto de Portugal.

Desde então, o Senado e a Câmara dos Deputados têm estado presentes na vida nacional, acompanhando a evolução e os anseios da sociedade brasileira, às vezes incompreendidos, às vezes valorizados pela opinião pública, mas nunca ausentes.

Mesmo nos tristes tempos em que esteve fechado por governos ditatoriais, o Parlamento estava presente nos corações e nas mentes dos brasileiros que ansiavam a sua volta, porque, sem Parlamento livre e forte, não existe democracia plena.

De fato, se a atuação do Parlamento muitas vezes é motivo de críticas, de denúncias, sua ausência é muito mais catastrófica para a vida política de uma nação porque implica irremediavelmente a ausência do livre debate de ideias, a ausência de questionamentos e de limites à ação dos governantes.

O Parlamento não poderia deixar de ser a caixa de ressonância dos anseios da sociedade. Seu cerne é justamente a representatividade política. Se estamos aqui hoje é porque representamos o eleitorado brasileiro que nos elegeu, democraticamente, por meio do sufrágio universal.

É por isso que nós políticos, Parlamentares, temos o dever inescapável de buscar sintonia com a sociedade, mas sem cair na demagogia, no compromisso fácil e leviano, sem responsabilidade. Hoje, nos tempos da Internet e das redes sociais, essas necessidades se fazem ainda mais presentes. Talvez seja esse o nosso maior desafio nos dias de hoje.

Cientes dessa realidade, tanto a Câmara quanto o Senado têm se modernizado, têm aderido às novas

tecnologias, às novas mídias, buscando interagir mais fortemente com a sociedade brasileira. Exemplos disso são os portais de transparência na Internet e as transmissões diárias das sessões realizadas pelos sistemas de comunicação do Congresso Nacional. Por isso talvez sejamos o Parlamento mais aberto e democrático do mundo.

Poucos países do mundo têm a chance e a felicidade de comemorar tal longevidade em seus legislativos. Ademais, nunca é exagero lembrar que o Legislativo brasileiro, ao longo de sua história, nunca foi órgão meramente decorativo, mas desempenhou papel decisivo em inúmeros momentos da nossa vida pública.

Se voltarmos no tempo, veremos que as primeiras décadas do século XIX foram período de extrema turbulência para nós. Desde 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil adentrara uma nova era. Se esse período se inicia em 1808, muito ainda aconteceria antes que a colônia pudesse se tornar um País independente, unido e forte. Momento decisivo para isso, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, pode ser situado em 1823. Se a independência fora proclamada um ano antes, era chegado, agora, o momento de criação das instituições do novo País. A primeira ação, obviamente, foi a elaboração de uma Constituição. Para tal, foi criada a Assembléia Constituinte, cuja abertura dos trabalhos ocorreu em maio daquele ano.

As expectativas eram grandes. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, afirmou, por exemplo, que era chegada a época feliz da regeneração política da Nação brasileira e que deveria todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra. Infelizmente, tão grande sonho não se realizou. D. Pedro I fechou a Assembléia e outorgou uma Constituição ao País. Os anos seguintes mostraram, no entanto, quão errado estava D. Pedro I ao fechar, de forma arbitrária, o Legislativo.

Nos anos seguintes, muitas foram as revoltas contra o centralismo exacerbado do monarca. Dentre elas podemos citar: Cabanagem, no Pará; Sabinada, na Bahia; Balaiada, no Maranhão, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Foi graças, em grande parte, aos esforços dos Parlamentares de então que o Brasil conseguiu se manter unido. Colaboram para isso, entre outros, o Visconde de Caravelas, Vergueiro, Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco de Lima e Silva, pai de Duque de Caxias.

No final do século XIX, o Brasil passou por dois outros momentos cruciais. Foram eles: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Nessas duas oportunidades, foi essencial o papel desempenhado pelo Parlamento brasileiro. Em relação à Abolição, foi pela voz do Senador João Alfredo Correia de Oliveira que foi trazida a público a Lei Áurea. Em rela-

ção à República, o Velho Senado Imperial manteve a tranquilidade e colaborou para uma transição pacífica para o novo regime republicano.

A República, Sr. Presidente, trouxe grandes mudanças em nosso País. O Parlamento, da mesma forma, tornou-se outro depois de 15 de novembro de 1889. Como não poderia deixar de ser, sofreu alterações significativas. Os Senadores, por exemplo, deixaram de ser vitalícios e escolhidos pelo Imperador; passaram a ser eleitos para mandatos de 9 anos, àquela época, sendo três representantes para cada Estado, como ainda é hoje.

Esses 124 anos decorridos desde a Proclamação da República não foram menos difíceis para o Parlamento e para o povo brasileiro. Tivemos a República Velha, o longo primeiro governo de Getúlio Vargas, os 18 anos de democracia em meados do século, o regime de 1964, a redemocratização em 1985 e, desde essa última data, hiperinflação, o Plano Real e, finalmente, a eleição, neste início de século XXI, de um Presidente oriundo da classe operária.

Não foi pouco. Este longo século republicano se traduziu por momentos de alegria e de decepção na vida política nacional. Inúmeras tempestades se abateram por este País. Se conseguimos sobreviver a elas, foi, novamente, graças à ação do Parlamento em momentos decisivos.

Não podemos deixar de lembrar alguns nomes que, durante a República, se destacaram na vida do Parlamento e do Senado. O primeiro, é claro, é Rui Barbosa. Não é por capricho que ele ocupa o papel de patrono do Senado Federal e seu busto se encontra nesta sala. Rui foi, muito provavelmente, um dos mais brilhantes homens públicos brasileiros. Defensor da liberdade e da democracia, foi, nesta Casa, voz que sempre se levantou contra o abuso e a arbitrariedade levados a cabo pelos poderosos de seu tempo.

Muitos outros, ainda, tiveram papel de destaque. Milton Campos, grande jurista mineiro, teve a coragem de renunciar ao posto de Ministro da Justiça quando do Ato Institucional nº 2; Carvalho Pinto, Senador eleito em 1966, atacou, corajosamente, a imposição do Ato Institucional nº 5; Daniel Krieger, durante os governos militares, postou-se de maneira equilibrada e independente. Também não poderíamos esquecer os saudosos Franco Montoro e Teotônio Vilela. Enfim, foram muitos os Parlamentares brasileiros que lutaram por suas convicções e que defenderam com coragem, ousadia e destemor o País. Em suas épocas, nem sempre foram inteiramente compreendidos, mas foram, sempre, guerreiros que, no calor da batalha, nunca desistiram da luta.

O Parlamento, portanto, nesses seus 190 anos, foi local onde se travaram os grandes debates nacionais. Mesmo que, muitas vezes, saídas arbitrárias

fossem tentadas, a ordem democrática, pautada pela vida legislativa e pelo debate parlamentar, mostrou-se sempre superior. Isso, devo eu dizer, graças à ação de muitos e muitos brasileiros que honraram o Senado, a Câmara dos Deputados e, portanto, o Congresso Nacional e o Brasil, e são exemplos de como as pessoas de bem devem se portar na vida pública.

É importante, ressaltar, como foi dito pelo Deputado Alessandro Molon, que o Parlamento brasileiro, não há dúvida, é o poder mais aberto ao povo.

Nós temos nos corredores acesso a todas as pessoas que nos procuram. Aqui no plenário, algumas sessões podem ser assistidas tranquilamente, tanto aqui como na Câmara. Há facilidade do contato popular, como foi mencionado pelo Deputado que me antecedeu. Fui Constituinte e vi o quanto de fato havia de participação popular intensa pressionando, reclamando, exigindo que muitos direitos fossem colocados na nossa Constituição de 1988.

Quero, portanto, encerrar, agradecendo pela oportunidade e dizer que tenho muito orgulho de ser Parlamentar, de ter sido por duas vezes Deputado Federal, inclusive como Deputado Constituinte, e estar no meu segundo mandato de Senador.

Acho realmente que o Parlamento é a alma da democracia. Evidentemente que tem de haver uma sintonia fina, como manda a Constituição, entre os três Poderes, e esse papel de entendimento está sendo muito bem feito pelo Senador Renan Calheiros e pelo Deputado Henrique Eduardo Alves.

Dessa forma, espero que o nosso Parlamento dê saltos mais rápidos do que deu até aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha, pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmos. Srs. Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Exmo. Sr. Ministro da Previdência, Senador da República, Garibaldi Alves Filho; minha saudação ao colega Alessandro Molon, a quem cumprimento pela feliz e oportuna iniciativa de realizarmos esta sessão solene nesta data histórica em que o nosso Parlamento completa 190 anos; minha saudação também às Sras. e aos Srs. Senadores, às Sras. e aos Srs. Deputados, e às autoridades aqui presentes e já referidas.

Sr. Presidente, senhores participantes desta sessão solene, desde 13 de maio de 1823, quando, ainda no Império, instalou-se a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, passaram-se 190 anos de história do Parlamento brasileiro. Neste período, vivemos sob a égide de sete Constituições, umas outorgadas, como

a primeira, de 1824, outras democraticamente elaboradas, como a última, de 1988.

Quase dois séculos se passaram, ora de autoritarismo, ora de democracia. E o processo social avançando. Pedra por pedra, ao longo de decênios, foi-se construindo o arcabouço do regime democrático que hoje vivenciamos.

Aos homens e mulheres que por aqui passaram ao longo desses 190 anos, o nosso reconhecimento. Especialmente àqueles que, nos períodos mais difíceis, não vergaram a espinha aos ditadores de plantão, as nossas homenagens.

A propósito, ao final do ano passado, como bem lembrou o Presidente Henrique Eduardo Alves, este Parlamento viveu um dos seus momentos mais bonitos: devolvemos, simbolicamente, num ato de reparação, mas, acima de tudo, num ato de justiça, os mandatos aos colegas cassados pela ditadura militar.

Muitos dos cassados eram líderes trabalhistas, a começar por João Goulart, o Presidente deposto.

Não poderia deixar de me referir também a outro grande líder trabalhista perseguido pela ditadura militar, Leonel Brizola, eleito Deputado Federal com expressiva e recorde votação pelo Estado da Guanabara, depois de governar o Rio Grande do Sul de 1959 a 1962.

Estando aqui no Senado, nesta tribuna, lembro, com respeito e veneração, o nosso ideólogo, Alberto Pasqualini, Senador da República pelo Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 1956. Ele foi outro grande líder trabalhista que brilhou neste Parlamento.

Lembro ainda, com muita saudade, o mestre Darcy Ribeiro, Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, um verdadeiro símbolo da luta pela causa da educação em nosso País.

Na Câmara dos Deputados, permitam-em que refira aqui os nomes de Ney Ortiz Borges, Floriceno Paixão, Amaury Müller, Nadir Rossetti, Bocayuva Cunha e o cacique Mário Juruna, o primeiro índio representante do povo brasileiro no Parlamento.

Lembro ainda Matheus Schmidt, Neiva Moreira, Alceu Collares, ex-Governador do meu Estado, e tantos outros que fizeram memoráveis discursos na nossa Câmara dos Deputados e apresentaram importantíssimos projetos, muitos deles transformados em leis também importantes para o nosso País. Marcaram seus mandatos com dedicação, com competência e sobretudo com fidelidade ao trabalhismo e ao povo que os elegeu.

Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, permitam-me, em nome do Partido Democrático Trabalhista, reafirmar a nossa crença e o nosso compromisso com o regime democrático. É oportuno que se faça isso no aniversário do Parlamento, nesta data histórica, exatamente porque parlamento e democracia são indissociáveis. É aqui que se expressa a soberania popular. É aqui que o povo e os Estados

estão legitimamente representados. É aqui que se fazem as leis. É aqui o palco dos grandes debates e das grandes decisões. Somos os fiscais, como bem lembrado, da correta aplicação dos recursos públicos pelos Governos. Respeitemos, pois, esta Casa.

Se alguns Parlamentares, infelizmente, não se fazem respeitar, separemos o joio do trigo, mas não deixemos que se corroam os alicerces, os pilares de sustentação da nossa jovem democracia, que é este Parlamento.

Sejamos cidadãos e cidadãs conscientes, criteriosos na hora de escolher os nossos representantes, e certamente teremos um Parlamento à altura de suas altas responsabilidades.

É claro que temos também que fazer a nossa parte. Não podemos, por exemplo, continuar no papel de carimbadores de medidas provisórias, tampouco seguir omissos na apreciação dos vetos do Executivo. A última palavra do processo legislativo, Presidentes Renan e Henrique, é do Parlamento, irrenunciavelmente.

É com satisfação que vejo – e cumprimento V.Exas. – o Congresso Nacional finalmente, antes tarde do que nunca, resgatar suas indelegáveis prerrogativas ao passar a apreciar os vetos presidenciais.

Concluo o meu pronunciamento reafirmando a minha inabalável fé no regime democrático e a minha honra em ser membro do Parlamento brasileiro.

Agradeço todos os dias ao povo gaúcho a oportunidade de servi-lo como um dos seus representantes na Câmara dos Deputados do Brasil. Continuarei exercendo o meu mandato, até o último dia, com altivez e fidelidade aos meus princípios, procurando honrar as melhores tradições que fazem do Rio Grande do Sul um dos Estados da Federação mais respeitados em nosso País, exatamente pelo grau de consciência política e de respeito aos valores republicanos e democráticos do povo gaúcho.

Viva o Parlamento Brasileiro!

Viva a Democracia!

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Registro com muita satisfação as honrosas presenças entre nós de Embaixadores e autoridades islâmicas.

Cumprimento o Embaixador Ibrahim Alzeben, que representa 54 países da Liga Árabe islâmica, acompanhado do nosso querido amigo Deputado Protógenes Queiroz.

Sejam bem-vindos! Nós estamos comemorando aqui os 190 anos do Parlamento Nacional, e a presença de V.Exas. nos honra muito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Protógenes Queiroz.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB-SP.)

– Sr. Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Ministros e autoridades presentes.

Faço apenas um registro da importância dos 190 anos do Parlamento brasileiro.

Não por acaso, anteriormente a esta sessão, nós estávamos numa sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Povo Muçulmano, e aqui no Senado Federal temos uma sessão solene para comemorar 190 anos do Parlamento brasileiro. Convergem a história do Brasil e a história do Islamismo no Brasil.

Estamos aqui com importantes autoridades, embaixadores. Autoridades de países islâmicos estão aqui representadas na pessoa do Embaixador Ibrahim Alzeben e também do Sheikh Khaled Taky El Din, Presidente do Conselho Superior dos Teólogos e Assuntos Islâmicos do Brasil, acompanhados por importantes xeiques, em especial o Sheikh Jihad, por representante da União Nacional Islâmica no Brasil, pelo Cônsul Honorário Mustapha Abdouni, pelo Advogado da União Islâmica do Brasil, Dr. Adib Abdouni, e também por importantes empresários do cenário nacional, como o empresário Dr. Ahmad Aref, que nos honra com a sua presença, e o nosso querido Ali Taha e o Ahmad.

Sr. Presidente, nós, nordestinos, como V.Exa., que compõe esta Mesa, eminentemente nordestina, convergimos para a importância do islamismo, como o Deputado Eunício Oliveira, do Estado do Ceará, onde temos a importante comunidade islâmica brasileira.

Em cada solo brasileiro, temos a presença islâmica, dada a importância do nosso povo. Com os 190 anos do Parlamento brasileiro, convergem a história do Brasil e a história desse povo. E é por isso que nós estamos aqui, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves.

Eu sou nordestino, baiano. E a Bahia, como disse ainda há pouco o nosso Sheik Jihad, traduzindo, é um bonito Estado brasileiro, assim como Alagoas, Sergipe, Ceará e Pernambuco. São registros da história do Brasil que nos convergem para a importância do povo mulçumano na construção deste Brasil e na construção da história do Parlamento brasileiro, nesses 190 anos de história da República, de luta, de democracia, de cidadania e sobretudo de sabedoria.

Sr. Presidente Renan Calheiros, estamos aqui compartilhando esta data histórica no Senado Federal com todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT-AC. Pela Liderança. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara

dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Sr. Senador Eunício Oliveira; Sr. Senador e Ministro Garibaldi Alves; Srs. Deputados; Srs. Senadores aqui presentes; autoridades islâmicas; cidadãos brasileiros que acompanham esta solenidade.

Quero, nesta sessão solene que marca os 190 anos do Parlamento brasileiro, representando aqui a bancada do Partido dos Trabalhadores, o que me enche de orgulho, saudar respeitosamente esta instituição democrática e republicana fundamental para o País: o Parlamento brasileiro. Saudamos, desta tribuna, o quase bicentenário do surgimento de nossa democracia representativa.

No último dia 3 de maio, sexta-feira, o Poder Legislativo no Brasil completou 190 anos de existência.

Foi exatamente às 12h30min do dia 3 de maio de 1823 que teve início a sessão solene de Instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Foi em 3 de maio, sob a Presidência do Imperador Dom Pedro I que os trabalhos foram inaugurados.

Porém, nossa história parlamentar começou com sobressaltos. Divergências entre os Parlamentares e Dom Pedro levaram à dissolução da Assembleia, ainda em 1823, e à nomeação de um Conselho de Estado, que deveria auxiliar o Rei a elaborar aquela que seria a primeira e mais duradoura constituição do Brasil: a Constituição de 1824.

Foi a Constituição de 1824 que não só organizou o País como criou as condições para a convocação das eleições para a Câmara e o Senado.

Naquele ano de 1823, a Assembleia Constituinte foi dissolvida, na madrugada do dia 12 de novembro, mas essa não seria a única vez em que o Parlamento seria fechado.

Ao longo de 190 anos, o Parlamento Brasileiro foi fechado em 15 oportunidades. O período mais longo de ausência de vida parlamentar foi no Estado Novo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945. Com o Estado Novo, o Legislativo deixou de existir.

O último fechamento ocorreu em 1977, quando o Governo militar impôs o Pacote de Abril, que, entre outras decisões, criou a figura do Senador biônico, eleito indiretamente. Naquela ocasião, Câmara e Senado ficaram fechados por 15 dias.

Hoje, o Congresso Nacional é formado por 513 Deputados Federais e 81 Senadores, representando os 26 Estados, mais o Distrito Federal. No Senado, todos os Estados têm três representantes – cada Unidade da Federação é representada por três Senadores.

Nesta ocasião, eu gostaria de saudar também o Senado Federal, que comemorou 187 anos na segunda-feira, dia 6 de maio. Fundado 3 anos após a Assembleia Constituinte, já sob as regras da Constituição de 1824, o Senado tinha cargos vitalícios e com representação proporcional à população de cada Estado.

Desde a Constituição de 1891, a primeira republicana, os Estados têm direito a um mesmo número de Senadores: três cada um.

Srs. Senadores, senhores convidados para esta solenidade, temos neste Senado uma instituição que mudou o Brasil ao longo dos anos, com a discussão, com o debate, com a resolução de contenciosos e com soluções para processos políticos e sociais marcantes, que vão desde a Lei Áurea à criação da política externa brasileira. Podemos citar aqui um exemplo, referido pelo Senador Renan Calheiros, qual seja a recente aprovação da PEC das Domésticas, hoje Lei das Domésticas, a Emenda Constitucional nº 72, que é uma prova da preocupação do Parlamento brasileiro com aqueles que mais precisam, com aqueles que menos têm.

Temos no espírito público dos Parlamentares do Senado e da Câmara os guardiões da liberdade para construirmos um País mais justo e solidário.

E temos aqui, no Congresso, os mais importantes debates políticos da história. O Congresso é uma instituição coletiva, com grande poder de transformação e que reflete as escolhas do eleitor brasileiro, cuja participação é cada vez mais atuante na consolidação da democracia.

E dito isso, é fundamental reafirmarmos a importância do Parlamento brasileiro para a democracia brasileira. No Parlamento está o povo representado, está representado o Brasil com todas as suas diferenças, com todas as suas peculiaridades. E a representação brasileira no Congresso Nacional é a própria fotografia da diferenciação que existe no Brasil, seja regional, ética ou social. Todas elas estão representadas no Parlamento brasileiro.

Por seus méritos e por sua história, o Parlamento brasileiro merece respeito e reconhecimento. Deve, portanto, ter firmeza para defender, a qualquer tempo, a representação de sua soberania popular e a legitimidade de suas atribuições próprias, sem interferências externas. Devemos persistir na busca do equilíbrio, independência e harmonia na relação com os demais Poderes da República.

Apenas um Legislativo liberto de qualquer movimento prematuro de interferência ou controle externo poderá, efetivamente, exercer sua legítima e democrática função de discutir, aprovar ou rejeitar proposições. Esse é o Parlamento que temos e aquele que queremos manter independente e altaneiro, fazendo proposições em defesa do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Eu tenho a honra de conceder a palavra ao último orador inscrito, Deputado Paes Landim.

Com a palavra V.Exa., Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PTB-PI. Com revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado da República Federal, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves; Sr. Ministro da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves; Srs. Senadores aqui presentes; Sr. Deputados e demais autoridades, apenas para caracterizar a simbologia do momento em que se fundou o Parlamento do Brasil: 3 de maio de 1823. Nesse dia, o Imperador também iniciou aquilo que se consumou a fazer no Império, a chamada “Fala do Trono”, ou seja, o Imperador, em cada sessão legislativa, comparecia pessoalmente e falava dos problemas ligados ao Império.

Essa foi uma tradição interessante, Sr. Presidente. Carlos Maximiliano, grande comentarista da Constituição de 1891, Deputado, Ministro da Justiça no Governo Venceslau Brás, Ministro da Suprema Corte, lamentou muito que esse ritual da “Fala ao Trono” do Imperador do Brasil desaparecesse na República, isso porque, no Brasil, o Presidente da República não comparece ao Congresso para fazer o retrato do estado da União. Por sua vez, o Imperador, desde o primeiro momento que instalou o Parlamento do Brasil, comparecia no início de cada Sessão Legislativa, caro Senador Renan Calheiros, para dizer do estado do Império. Essa tradição acabou na República. Quer dizer, ele vinha, pessoalmente, fazia a sua fala, se retirava e, depois os Parlamentares da oposição a Sua Majestade e líderes ligados ao Governo iriam discutir o que havia sido relatado por ele.

A Constituinte de 1823, convocada pelo Imperador, teve como destaque os irmãos Andradas. O grande escritor e pensador Octávio Tarquínio de Sousa chamava de Trindade Andradina – José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos de Andrade, as suas figuras luminosas.

Eles foram realmente os grandes líderes da Constituinte, verdadeiros liberais. O liberalismo à moda inglesa era como eles pensavam o Parlamento. Isso, de certa maneira, foi um desconforto ao Imperador, que não aceitava os limites ao seu poder. O projeto da Constituinte esboçado por Antônio Carlos, o seu mentor intelectual, provocou a dissolução da Constituinte em novembro de 1823. O Imperador jovem, ardoroso, impetuoso, 25 anos de idade, convocou uma Assembleia Legislativa, outorgando em 1824 a Constituição do Império do Brasil, em que foi aproveitado parte do projeto de Antônio Carlos e das ideias de Martim Francisco. A Carta Outorgada introduziu a figura do Poder Moderador, que os irmãos Andradas se recusavam a colocar na Constituinte de 1823.

Para encerrar, Sr. Presidente, todos já falaram aqui da importância do Parlamento. O nosso Parlamento tem que ser cada vez mais revitalizado, destacando o papel do Senado Federal como revisor por excelência do Parlamento bicameral de uma República Federativa.

Sr. Presidente, quando se discutiu na Convenção da Filadélfia, em 4 de setembro de 1787, a Constituição norte-americana, quando veio à baila a criação do Senado, o grande James Madison fez um discurso célebre, dizendo que: *“Se Atenas tivesse o Senado, a democracia ateniense provavelmente não teria desaparecido”*.

Por quê? Porque todas as decisões de Atenas, o grande berço da democracia da Antiguidade, eram submetidas a uma assembleia do povo em geral, chamada Eclésia, com a participação de todos os cidadãos considerados livres. Ocorre que essas decisões eram tomadas na emoção, nas paixões populares e não eram revisadas.

Portanto, Sr. Presidente, acho que a nossa grande reflexão neste momento é saber que precisamos reforçar cada vez mais o papel revisor do Senado. Esse é o papel por excelência do Senado da República. Toda vez que esse papel enfraquece, há sempre uma espécie de confusão na instituição parlamentar e até na elaboração do processo legislativo.

Quero parabenizar V.Exa., Presidente Renan Calheiros, e o Deputado Henrique Eduardo Alves, por esta iniciativa, ambos jovens líderes políticos que têm se mantido sempre, ao longo da trajetória política, com um espírito de independência, que tem que ser próprio de todo Parlamentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – O Deputado Roberto Freire e os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eunício Oliveira encaminharam discursos para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

Serão S.Exas. atendidos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é comum ouvir-se que o Brasil ficou independente antes de criar um povo. É, por certo, expressão de que se valem da História não para analisá-la e nos ajudar a entendê-la, mas, simplesmente, para retirar de determinados acontecimentos frases de efeito facilmente publicáveis e até mesmo inteligíveis. Não têm, contudo, raízes na realidade e, por isso mesmo, distorcem essa realidade.

Ouvimos ainda dizer que, décadas depois da independência, o povo teria assistido atônito à proclamação da República. E estamos diante do mesmo erro.

Erro, sim, porque, antes de mais nada, se tenta excluir o povo exatamente do processo histórico, de

um processo que o próprio povo constrói e leva adiante com o nome de Nação.

Sim, não é fácil jogar fora, num grito de independência, os séculos de colonização que impediam coubesse ao povo, nessa região, decidir de seu destino. Éramos como que uma exploração comercial cujas decisões essenciais eram adotadas pelos donos do empreendimento.

Mas, ao que vemos, se esquecem de que isso foi feito por um contingente humano que, pouco a pouco, se foi chamando de povo brasileiro, o povo que se foi identificando – como, aliás, o fazem todos os povos – com os princípios de liberdade individual e pública de que toda Nação necessita para existir.

Assim, e diferentemente do que nos queria fazer crer a historiografia que chamaremos de oficial, não foi o Príncipe Regente quem nos declarou livres: foi o povo que o obrigou a cortar os laços, já tênues, de si, que nos atrelavam a Portugal.

E, isso feito, passou-se a construir, passo a passo, a organização de nossas relações de convivência social e de trabalho, a estrutura do poder político, aqui entendido como aquele poder que, vindo do povo, em seu nome há de ser exercido.

E isso tudo se conseguiu, fossem quais fossem as dificuldades, os tropeços encontrados e vencidos, com a ação do Parlamento Brasileiro. E isso não se faz, talvez fosse desnecessário dizer, com uma varinha de condão ou um “abre-te sésamo”, mas com a ação continuada de tentar entender os anseios do povo e transformá-los em decisões legislativas.

Em suma, isso se faz com o tempo. País independente, tínhamos, sim, um povo. O que se fazia necessário era deixá-lo construir sua identidade, fazê-lo sentir, lentamente ou não, que já poderia se dizer uma nação.

E isso se há de fazer com o tempo, sendo, como o é, uma obra em aberto, a ser definida e redefinida com o tempo, até que a aproximemos do ideal. Podemos citar nosso Mário de Andrade. Sua obra mais célebre, o *Macunaíma*, é, sem qualquer favor, a melhor análise de uma nação que se ia formando. Ainda não tínhamos um caráter, aquilo que define o posicionamento nacional, por isso o grande escritor chamou seu personagem de um herói sem caráter. Seja, sem uma característica, mas, não, sem valor, como se tem pretendido decifrar a expressão do escritor paulista. Em outras palavras, um povo, o brasileiro, sem precisas linhas de definição.

E tudo isso, com pertinência e, por vezes, com heroísmo, o Parlamento brasileiro soube trazer para esta Casa e, sobretudo, agir no atendimento do que era reclamado, do que era e é reclamado pelo povo que nos elegeu. O Brasil tem, sim, um povo. Porque o Brasil tem um Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – O Parlamento brasileiro celebra, nesta sessão solene, os 190 anos de sua criação. Nesses quase 2 séculos de história, de muitas venturas e desventuras, avanços e retrocessos, acredito firmemente que o saldo é positivo. O Congresso Nacional está cada vez mais presente na vida dos homens e mulheres do Brasil, consolidando seu papel de pilar da democracia brasileira.

O Parlamento brasileiro nasceu no dia 3 de maio de 1823, na ocasião da sessão solene de instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Estava criada a Câmara dos Deputados, hoje conhecida como a Casa do Povo. Um ano depois, em 1824, era criado o Senado do Império, instalado efetivamente em 1826, hoje conhecido como a Casa da Federação.

De 1823 até os dias de hoje, o Parlamento brasileiro viveu dias gloriosos, outros nem tanto. Fechado diversas vezes por atos arbitrários, nunca deixou de resistir, sempre apoiado nos clamores e na luta de nosso bravo povo. Certamente, foi o Ato Institucional nº 5, de triste memória, o golpe mais duro. Mas o Congresso ressurgiu e continuou sendo palco de debates e de discursos corajosos.

No outro extremo, impossível deixar de destacar a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou na promulgação da Carta de 1988, a Constituição Cidadã. Ainda abertas as feridas da ditadura, o Congresso Nacional soube entregar ao Brasil uma das Constituições mais democráticas já vistas no mundo, com forte cunho social, que contribuiu e ainda contribui para pacificar a Nação e para promover o desenvolvimento do País.

Ao lembrar a Assembleia Nacional Constituinte, faço uma homenagem a seu principal expoente, o Doutor Ulysses Guimarães!

De 1988 para cá, muitos foram os avanços, muitas as boas propostas aprovadas pelo Parlamento brasileiro, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto do Desarmamento, Fundo de Combate à Pobreza, PEC das Domésticas, entre tantas outras iniciativas que visam a concretização do bem-estar social da população brasileira.

Muito já avançamos, mais ainda temos muito que fazer! Temos de avançar na reforma tributária, de modo a promover uma repartição mais justa da arrecadação, penalizando menos os Estados e Municípios, quase todos em situação periclitante. Precisamos enfrentar a questão da reforma política, instrumento vital para aperfeiçoar a democracia brasileira, tornando o poder mais próximo de seu verdadeiro dono, o povo brasileiro.

Precisamos, enfim, melhorar os mecanismos internos, lubrificar as engrenagens do Congresso Nacional, de forma a acelerar o trâmite das proposições legisla-

tivas e a aperfeiçoar o papel fiscalizador do Parlamento, tão ou mais importante do que o papel de legislar.

Comemorar os 190 anos do Parlamento não é privilégio nosso, que temos a honra de integrá-lo. É, na verdade, uma grande festa de nossa democracia, compartilhada entre todos os brasileiros e brasileiras, independentemente de raça, sexo ou condição social!

Comemorar os 190 anos do nosso Parlamento é celebrar a liberdade, é dizer, com o peito cheio de orgulho: ditadura, nunca mais!

Muito obrigado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, precisamente às 12h30min do dia 3 de maio de 1823, convocada por D. Pedro I em 1822, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa inaugurou seus trabalhos, tendo como convidado especial o próprio Imperador, que ao discursar reafirmou o que havia dito na sua cerimônia de coroação: que defenderia, com sua espada, *“a Pátria, a Nação e a Constituição”*, se esta fosse digna do Brasil e de seu monarca.

D. Pedro I não chegou a desembainhar a espada, mas faltou pouco: o anteprojeto constitucional, elaborado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada, desagradou D. Pedro I, pois estabelecia claramente a divisão entre os três Poderes, limitando a atuação do Executivo, exercido pelo Imperador.

As divergências entre o Imperador e os Constituintes se aprofundaram, culminando na dissolução da Assembleia, sob o cerco de canhões, pouco mais de 6 meses após sua instalação. A esse episódio, conhecido como a Noite da Agonia, seguiram-se a prisão e o banimento de vários políticos brasileiros, entre eles, os irmãos Andrada.

E, 190 anos depois, é mais do que oportuno lembrar esses episódios, para assinalar como sempre foi difícil, delicado e conflitante achar o equilíbrio, a harmonia entre os Poderes republicanos. Diria, inclusive, que esse é um trabalho permanente.

Ao longo de sua história, que hoje celebramos, o Congresso Nacional foi fechado em pelo menos sete oportunidades, em virtude de mudanças de regime ou porque ousou se erguer contra a repressão e a ditadura.

O Poder Legislativo, no entanto, jamais faltou à Nação brasileira, pois sempre buscou responder ao clamor da sociedade, guiado pela vontade popular, atento aos ecos das reivindicações das ruas, como diria mais tarde Ulysses Guimarães.

Na nossa história recente, Ulysses personificou o Parlamento com seu entusiasmo pelas funções legislativas, indelevelmente marcadas pelo que ele representou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

De 1823 aos dias atuais, vivenciamos profundas evoluções institucionais em nosso País. A Constituição

de 1824, por exemplo, exigia a comprovação de renda anual de pelo menos 100 mil reis para o exercício do direito do voto e de 400 e 800 mil reis para candidatos a Deputado e a Senador, respectivamente.

A de 1891, embora tenha abolido o voto censitário, manteve excluídos os analfabetos, as mulheres e os mendigos. As mulheres só conquistaram o direito de voto em 1932 e os analfabetos, somente em 1985.

Contudo, a noção de Parlamento moderno nem de longe está limitada à universalização do voto. Vivemos o tempo em que o Congresso Nacional está permanentemente instado a mudar na mesma velocidade da sociedade que representa.

Não se trata de alterar apenas procedimentos formais, mas de se ajustar, por exemplo, à linguagem e às formas de comunicação que as novas mídias e tecnologias propiciam. Cuida ainda de responder aos anseios por maior participação social, acesso à informação e transparência.

Em realidade, a questão que se impõe às Casas Legislativas, no Brasil e no mundo, é fazer com que a sociedade se reconheça no Parlamento, tanto na sua composição quanto na sua metodologia de trabalho.

Não tenho dúvida de que o Parlamento brasileiro encontra-se preparado para responder a esses desafios. Muitos progressos foram feitos nos últimos anos, e vivemos um período de grande efervescência.

A realização frequente de audiências públicas tem incrementado a participação dos cidadãos no pro-

cesso legislativo, que pode, todo ele, ser acompanhado eletronicamente por intermédio dos vários meios de comunicação tanto da Câmara quanto do Senado.

Por outro lado, as funções tradicionais do Parlamento de fiscalizar o Poder Executivo, de elaborar as leis e o Orçamento, desempenhando seu papel no sistema de reios e contrapesos, precisam ser realçadas, para que esta Casa exerça, na plenitude, seu mandato constitucional.

Não podemos perder a capacidade do diálogo e da solução interna das naturais divergências políticas que constituem a própria essência da democracia.

Dezenove décadas nos separam do momento histórico em que, após mais de 300 anos de colonização, o Brasil reuniu uma Assembleia de representantes eleitos e iniciou seu processo de emancipação política. Creio que todos nós, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, temos a imensa responsabilidade de continuar honrando a tradição do Congresso Nacional, por meio do exercício pleno dos mandatos que nos foram confiados pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Antes de encerrar a sessão, a Presidência agradece às autoridades e a todos que nos honraram com suas presenças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 7ª SESSÃO, CONJUNTA (SOLENE), EM 2 DE ABRIL DE 2013

(Publicada no **Diário do Congresso Nacional** nº 6, de 3 de abril de 2013)

RETIFICAÇÃO

À página 01079, na abertura da sessão,

Onde se lê:

Presidência do Sr. Renan Calheiro

Leia-se:

Presidência do Sr. Renan Calheiros

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014:**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Ailton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtênir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893**Fax:** (61) 3216-6905**E-mail:** cmo@camara.gov.br**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo**Endereço na Internet:** www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Cyro Miranda, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Cyro Miranda em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. 2, 4 e 13
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Relator: Senador Romero Jucá ²

Instalação: 2-4-2013 ²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:**Vice-Presidente:****Vice-Presidente:**

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

Senadores

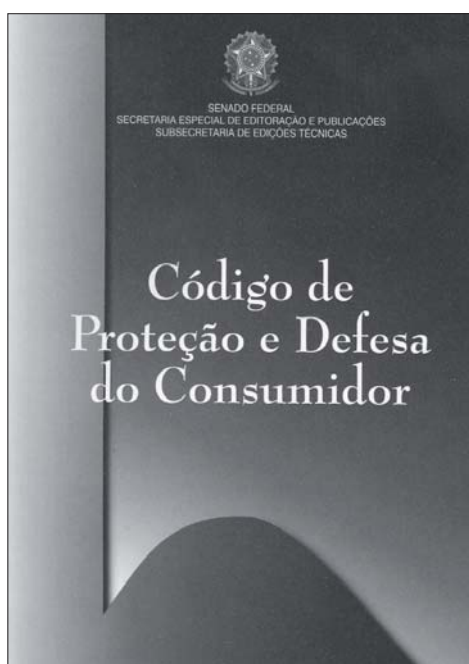
Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 07.05.2013)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 36 páginas
(OS: 12169/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

